



Bolsas Na quinta-feira 	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias 116.633 (29/3) → 115.253.31 (01/04)	Salário mínimo R\$ 1.100	Dólar Na quinta-feira R\$ 5,715 (▲ 5,715%) Últimas cotações (em R\$): 24/março: 5,639 26/março: 5,670 29/março: 5,766 30/março: 5,762 1º/março: 5,629	Euro Comercial, venda na quinta-feira R\$ 6,730	Capital de giro Na quinta-feira 5,73%	CDB Prefixado 30 dias (ao ano) 2,66%	Inflação IPCA do IBGE (em %) Outubro/2020: 0,86 Novembro/2020: 0,89 Dezembro/2020: 1,35 Janeiro/2021: 0,25 Fevereiro/2021: 0,86
--	---	---	--	---	---	--	--

Gov. e parlamentares não se acertam sobre brecha para relançamento do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, e empreendedores veem situação piorar. Promessa de Bolsonaro e Guedes era de que a MP do BEm seria editada em janeiro

Ajuda para empresários enroscada no Orçamento

» ROSANA HESSEL

Enquanto o governo e parlamentares não entram em um acordo sobre o impasse do Orçamento de 2021, aprovado no último dia 24 pelo Congresso, mas considerado inexecutável por especialistas e pela equipe econômica, empresários devem continuar esperando a medida provisória (MP) para a recriação do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm). A promessa do presidente Jair Bolsonaro e do ministro Paulo Guedes, feita em 27 de janeiro, era de que essa MP seria publicada em 15 dias. Mas por não terem cumprido a palavra, muitas empresas, principalmente as do setor de serviços — principais beneficiadas pelo BEm no ano passado —, estão sem saída diante da queda no faturamento forçado pelo aumento das medidas de isolamento adotadas por prefeitos e governadores para conter a pandemia do novo coronavírus. Assim, não encontram outra saída a não ser fechar as portas ou demitir os funcionários. Nem mesmo a última das promessas foi cumprida, que era publicar a MP após a aprovação do Orçamento, que não tem recurso previsto para o benefício e ainda tem um buraco de R\$ 31,9 bilhões, pelos cálculos da Instituição Fiscal Independente (IFI) — que precisa ser coberto para evitar o estouro da regra do teto de gastos. O principal problema apontado pela equipe econômica é a falta de uma fonte de recursos para o BEm, que deverá ser financiado via crédito extraordinário.

A equipe econômica prevê gastar mais do que no ano passado com o BEm: cerca de R\$ 10 bilhões. “O Orçamento não tem previsão para o BEm e tudo indica que o governo vai recorrer a um novo decreto de calamidade para poder emitir créditos extraordinários sem descumprir o teto. O problema é isso abrir espaço para outras despesas, uma porta para passar uma boiada”, alertou Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas.

Desespero

Como ainda não há um acordo para o Orçamento e o relator, senador Márcio Bittar (MDB-AC), ter decidido cortar R\$ 10 bilhões dos R\$ 26,5 bilhões de emendas parlamentares para investimentos em obras criadas por meio do bloqueio de gastos obrigatórios, não há uma data para a edição da nova MP. Assim, o desespero toma conta do empresariado.

“Estamos no limbo. O Orçamento está com esse imbróglio e sem uma previsão de quando será solucionado. Com isso, muitas empresas estão demitindo ou saindo do mercado”, lamentou Paulo Solmucci, presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel). Ele lembrou que, no ano passado, 300 mil estabelecimentos do setor — que é o que mais emprega no país — foram fechados. No primeiro trimestre deste ano, outras 70 mil empresas baixaram as portas. “Se o governo tivesse cumprido a promessa e relançado o BEm em fevereiro, metade

Colcha de retalhos

Veja o que mudou no Orçamento de 2021, após o autógrafa da proposta aprovada pelo Congresso. Desenvolvimento Regional foi a pasta que mais ganhou, com aumento de 2,5 vezes na previsão do PL

Maiores cortes

Órgão	PL*	Autógrafo	Variação (Em R\$ bilhões)
Ministério da Economia	885,9	872,3	-13,6
Reserva de contingência	11,1	2,1	-9,0
Encargos financeiros	27,0	26,9	-0,11
Ministério das Relações Exteriores	4,2	4,200	-0,03
Advocacia geral da União	4,115	4.104	-0,01

Maiores aumentos

Órgão	PL	Autógrafo	Variação (Em R\$ bilhões)
Ministério da Defesa	115,9	116,5	0,6
Ministério da Justiça	17,6	18,3	0,7
Ministério da Infraestrutura	18,9	20,5	1,6
Ministério da Cidadania	104,3	106,3	2,0
Ministério da Educação	122,4	124,5	2,1
Ministério da Agricultura	15,7	18,9	3,2
Ministério da Saúde	136,7	147,0	10,3
Ministério do Desenvolvimento Regional	9,1	23,5	14,4
Transferências a estados, Distrito Federal e municípios	288,7	307,7	19,0
Total	4.147,6	4.181,0	33,4

*PL: Projeto de Lei

Fonte: Autógrafo/PL 28/2020. Elaboração: Associação Contas Abertas

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Solmucci: falta de um programa que ampare o empresariado resulta em fechamento de negócios e demissões

dessas empresas, ou seja, 35 mil, seria preservada”, explicou.

Solmucci indigna-se porque o governo não encontra um espaço de R\$ 10 bilhões para o BEm em um Orçamento com uma previsão total de R\$ 4,2 trilhões em gastos. Para ele, faltou sensibilidade da equipe econômica no sentido de relançar um programa de sucesso. “Faltou



senso de urgência e até competência”, disse o presidente da Abrasel.

Fontes da equipe econômica confirmam que as regras da reedição do BEm serão as mesmas e o benefício será concedido por mais quatro meses a cerca de 4 milhões de trabalhadores. Criado pela MP 936/20, permitiu a redução da jornada e de salários dos empregados do setor privado para as em-

presas que estão com dificuldades para honrar os compromissos devido ao agravamento da pandemia. No ano passado, o benefício ajudou a preservar 10 milhões de empregos, conforme estimativas do Ministério da Economia.

Durante o seminário virtual *Correio Talks*, realizado pelo *Correio*, Fabio Bentes, economista sênior da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), contou que 75 mil lojas foram fe-

chadas no varejo em 2020 e, se não fosse o BEm, “seguramente mais de 100 mil empresas” teriam encerrado as atividades. “Todas as MPs, como a do BEm, são bem-vindas, mas não vai haver solução para o varejo e o setor produtivo se não houver uma vacinação bem-sucedida. É ela que vai dar segurança para os negócios abrirem, amortecer os efeitos negativos da pandemia e evitar uma recessão”, afirmou.

Reunião para tentar destravar

Após uma consulta informal feita pelo Palácio do Planalto sobre o rito dos processos no órgão, o Tribunal de Contas da União (TCU) jogou um balde de água fria nas intenções eleitorais do presidente Jair Bolsonaro, pois deu uma sinalização sobre as irregularidades do Orçamento de 2021. A falta de atualização de parâmetros subestimou as despesas e superestimou as receitas, impossibilitando a execução. E, para piorar, manobras contábeis ampliaram os investimentos, cortaram aposentadorias e deixaram um rastro de problemas que atentam contra a responsabilidade fiscal.

Há um claro embate entre o Ministério da Economia e as pastas alocadas no Palácio do Planalto sobre como solucionar o problema. Segundo fontes palacianas, nova reunião do primeiro escalão do governo para destravar o Orçamento deve ocorrer amanhã, quando o ministro-chefe da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, retornará a Brasília.

Isso porque, embora integrantes da equipe econômica evitem comentar, a confusão em torno da peça orçamentária tem a digital de Jair Bolsonaro.

Eleições

Foi o presidente da República, segundo fontes da Esplanada, que deu o sinal verde para o relator, senador Márcio Bittar (MDB-AC), para elaborar um texto com o cancelamento de R\$ 26,5 bilhões de despesas obrigatórias para criar espaço para emendas parlamentares em obras de infraestrutura para fins eleitorais. Isso contrariou o ministro da Economia, Paulo Guedes, e seus técnicos, que ameaçam não assinar liberações dos recursos se a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021 for sancionada sem vetos de Bolsonaro.

Mas o presidente quer a ampliação dos investimentos em obras, principalmente, as do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) nos municípios a fim de pavimentar o caminho da reeleição. Contudo, essa medida é irregular e pode estourar o teto de gastos. A pasta chefiada por Rogério Marinho foi a que registrou o maior aumento de recursos durante as mudanças feitas pelo Congresso no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2021. A previsão orçamentária passou de R\$ 9,1 bilhões para R\$ 23,5 bilhões — um salto de R\$ 14,4 bilhões, ou 158%, conforme levantamento feito pelo economista Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas, a pedido do *Correio*.

“O presidente está visivelmente empenhado na reeleição e propenso a abrir uma janela para gastar mais, que vai fazer a despesa crescer e o endividamento explodir. As consequências todos sabem: juros mais altos, dólar mais caro, mais inflação, mais desemprego e uma crise financeira que certamente vai explodir em 2022, durante a campanha eleitoral”, alertou. (RH)



Orçamento não tem previsão para o BEm e tudo indica que o governo vai recorrer a um novo decreto de calamidade para poder emitir créditos extraordinários sem descumprir o teto. O problema é isso abrir espaço para outras despesas, uma porta para passar uma boiada”

Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas